

A POLÍTICA AFIRMATIVA DE COTAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

SILVA. Maurilene de Souza¹; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi²

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual de Goiás UEG/PPGE UnU Inhumas/ maurilene.silva@ueg.br

2 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual de Goiás UEG/PPGE UnU Inhumas/sylvanabn@ueg.br

Palavra-chave: Política de cotas; Pós-graduação stricto sensu; Universidade Estadual de Goiás.

Esta pesquisa faz parte do programa de mestrado em educação e propõe-se a investigar a política afirmativa de cotas nos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Goiás (UEG), concebida como uma ação afirmativa vinculada aos Direitos Humanos e entendida como um mecanismo de reparação histórica. A iniciativa de reserva de vagas para grupos historicamente excluídos, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e refugiados, entre outros, representa um marco no processo de democratização do acesso à educação superior em seu mais alto nível, ao mesmo tempo que dialoga com os princípios de igualdade, justiça social e dignidade humana.

O estudo parte da constatação de que, a pós-graduação brasileira foi marcada pelo predomínio de estudantes brancos, da classe burguesa, o que contribuiu para a manutenção das desigualdades estruturais. Nesse cenário, as cotas assumem relevância ao não se restringirem à lógica meritocrática, mas ao considerarem os condicionantes sociais que inviabilizaram, por séculos, o pleno acesso de determinados grupos ao direito à educação.

O problema de pesquisa formulado consiste em analisar se a política de cotas da UEG tem garantido, de fato, o cumprimento de sua função de inclusão e promoção da igualdade. Para tanto, o estudo adota como objetivo geral evidenciar a



política como expressão de um Direito Humano, ao passo que os objetivos específicos envolvem, examinar o contexto histórico da educação superior no Brasil, situando o papel da UEG; discutir os fundamentos teóricos dos Direitos Humanos em relação à educação; e contextualizar as políticas afirmativas, com ênfase na implantação das cotas na pós-graduação da UEG.

A relevância da pesquisa decorre da escassez de estudos sobre as cotas na pós-graduação da UEG, e a necessidade de contribuir para o debate público e acadêmico em defesa de políticas inclusivas, diante de discursos hegemônicos contrários às ações afirmativas. Este trabalho é uma resposta crítica à lógica meritocrática, excludente, que durante muito tempo invisibilizou os grupos contemplados pelas cotas.

Será utilizada a abordagem de Pierre Bourdieu para compreender como o sistema educacional atua como reproduzidor das desigualdades, naturalizando privilégios de origem. No horizonte dos direitos humanos, serão considerados documentos fundantes, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e a Constituição Federal de 1988, além da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e da Lei Estadual nº 14.832/2004, que regulamenta as cotas no ensino superior em Goiás.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com ênfase em análises documental e bibliográfica, que possibilita apreender as contradições, os conflitos e as transformações históricas relacionadas ao objeto de estudo. Pretende-se articular teoria e prática, confrontando os preceitos legais e discursivos das ações afirmativas com sua efetivação no contexto da UEG.

Este trabalho busca evidenciar a relevância da política afirmativa de cotas na pós-graduação da UEG como estratégia de reparação histórica, inclusão social e consolidação do direito à educação como um Direito Humano universal.

